

Esta edição da Revista Fitos, do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS) de Farmanguinhos/Fiocruz, foi organizada com comunicações breves geradas a partir dos trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos do NGBS.

Entre os 8 trabalhos publicados, 6 são da área da Inovação, que aceita estudos sobre Gestão, Política e CT&I em Saúde e 2 são de Farmacologia.

No primeiro grupo, 3 comunicações abordam questões políticas. Andréa Gomes e Regina Nacif, em “Diagnóstico para Implantação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro” apresentam um estudo preliminar para embasar um diagnóstico, com vistas à implantação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O estudo revelou que 27 secretarias municipais de saúde têm interesse na implantação de serviço de fitoterapia. Estes municípios foram, então, considerados aptos para dar continuidade ao andamento do processo de diagnóstico, em que serão apuradas informações sobre as condições adequadas para o serviço de Fitoterapia na Atenção Básica das secretarias Municipais de Saúde.

Já Fabíola Martins, Glauco Villas Bôas e Leandro Rocha, na comunicação intitulada “Estudo da PNPMF e seus reflexos no Estado do Rio de Janeiro”, através da análise de documentos que definem a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), concluíram que a implementação da PNPMF, em âmbito nacional, avançou mais que a PNPIC, no que diz respeito à elaboração das normas e à regulamentação. Ambas, no entanto, avançaram na ampliação da oferta de serviços e de produtos da fitoterapia na rede pública e impactaram a aprovação de políticas públicas do setor.

A comunicação com o título “Parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDPS) como estratégia de acesso aos medicamentos” de Bianca Macedo e Ana Claudia Dias revela que as parcerias constituídas por laboratórios públicos nacionais e laboratórios privados, a partir da Lista de Medicamentos Estratégicos disponibilizada pelo Ministério da Saúde, contribuem para o fortalecimento do complexo produtivo nacional bem como para o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país. As PDPs, portanto, podem ser consideradas instrumentos de políticas públicas e poderão ser utilizadas para apoiar a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

As demais comunicações da área de Inovação exploram aspectos de CT&I em Saúde. Orlando Nascimento e José Maldonado, na comunicação “Desempenho comercial dos insumos farmacêuticos vegetais no Brasil”, ao analisar o desempenho comercial destes insumos a partir de dados secundários de exportação/importação disponíveis no Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICEweb, 2013), no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2013, demonstraram que o Brasil apresenta uma grande dependência e indicaram a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para o estímulo da produção de insumos farmacêuticos vegetais de alto valor agregado e estratégias para o fortalecimento de aglomerações produtivas no Brasil.

No trabalho “Identificação e análise da base científica em medicamentos da biodiversidade Amazônica” de Fabiana Frickmann e Glauco Villas Bôas, fizeram um levantamento das competências institucionais e organizacionais relacionadas com a inovação em medicamentos da biodiversidade amazônica e identificaram 93 grupos estratégicos para o desenvolvimento da área de pesquisa e produção de plantas medicinais e fitoterápicos na Amazônia legal, ressaltando a multidisciplinaridade dos líderes, o que evidencia a complexidade do tema.

Em uma abordagem histórica, Preciosa Oliveira e Benjamin Gilbert, na comunicação breve intitulada “Reconhecimento das plantas medicinais de uso tradicional no Brasil: a relevância e o pioneirismo da Casa Granado” revelaram que a Casa Granado, durante aproximadamente 50 anos (fim do séc. XIX e início do séc. XX), utilizaram 381 plantas medicinais. Destas, 67 plantas fazem parte da 1ª Farmacopeia Brasileira, com comprovação da eficácia e segurança em literatura técnico-científica. Dentre essas plantas, 5 delas constam de registro simplificado na ANVISA. Os autores concluíram que outras plantas desta listagem podem ser registradas nas listas da ANVISA com registro simplificado, com base no uso tradicional, aproveitando estudos técnico-científicos mais recentes para complementar as informações relativas a segurança e eficácia.

Na área de Farmacologia, os trabalhos apresentados trazem importantes contribuições. Leonardo Leal e Carla Junqueira, em “Farmacovigilância de Plantas Medicinais no Brasil: uma breve revisão”, enfatizam a importância da farmacovigilância de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no Brasil, visando a diminuição de ameaça que os efeitos adversos e interações medicamentosas têm sobre a população. Contribuem, assim, para a tomada de decisão racional e correta por profissionais de saúde que trabalham nesta área. Farmacovigilância de plantas e medicamentos fitoterápicos no Brasil ainda está em sua infância, possivelmente motivado pela formação deficiente dos profissionais de saúde, a crença na inocuidade de plantas medicinais e automedicação.

O último trabalho “Fitoterapia na Odontologia: levantamento dos principais produtos de origem vegetal para a saúde bucal” de Maria Helena Monteiro e Sandra Magalhães, realizaram uma revisão e sistematização da literatura científica sobre produtos de origem vegetal indicados para a Odontologia, visando contribuir para promover o seu uso pelos cirurgiões-dentistas.

A concentração de trabalhos na área da Inovação anuncia o diferencial do escopo da Revista Fitos em relação a outras publicações que tratam de plantas medicinais. A cadeia produtiva de medicamentos da biodiversidade caracteriza-se por ser extremamente complexa, envolvendo diversos setores produtivos. Assim, a Revista Fitos, pelo compromisso com a inovação nesta área, abre seu escopo e divulga a produção científica multidisciplinar.

Alaide Braga, Editora Coordenadora  
Rosane Abreu, Editora Executiva